

**“Ideologia de gênero”:
interpretação equivocada, repetição do equívoco**

*"Gender ideology":
misinterpretation, repetition of the misunderstanding*

Ismar Inácio Santos Filho

*Doutor em Linguística, professor no Curso de Letras (Português),
UFAL, Campus do Sertão; coordenador do Grupo de Estudos em Linguística
Aplicada em Questões do Sertão Alagoano (GELASAL)*

ismarinacio@yahoo.com.br

2

Resumo

Em atividades acadêmico-científicas que problematizam a relação língua(gem), gênero e sex(ual)idade, especialmente sob a denominação de Linguística *Queer*, visio deter-me e refletir a respeito da noção de “ideologia de gênero”, como aspecto relevante na posição de formador de professores e professoras. Sobre essa ideia, justifico a necessidade de estudo dessa noção, cito seu contexto de discussão em Alagoas e a apresento a partir das ideias de Jorge Scala (2014), consideradas por mim como uma compreensão equivocada (ou mesmo fantasiosa) sobre os estudos feministas, tornando-se, portanto, antifeministas. Em contraponto, menciono brevemente as orientações educacionais legais brasileiras sobre identidades de gênero e sexualidade, como temas transversais (BRASIL, 1997). Ainda problematizo a caça à palavra “gênero” por Assembleias Legislativas, nos planos educacionais, e ao final teço considerações acerca do que é preciso saber a respeito de ideologia de gênero para que docentes possam lidar com esse “conceito” com mais discernimentos.

Palavras-chave: Ideologia de gênero; Plano Educacional; Identidade de gênero; Sexualidade; Antifeminismo.

Abstract

In academic and scientific activities that discuss the relationship between language, gender, sex and sexuality, especially in Queer Linguistics, I want to dwell and reflect on the notion of "gender ideology" as an important aspect in teacher training. Considering this idea, I justify the need for its study, I quote the context of the discussion in Alagoas, and I present it from Jorge Scala's (2014) ideas, considered by me as a misunderstanding (or fantasy) on feminist studies, becoming anti-feminist. In contrast, I mention Brazilian legal educational guidelines on gender and sexuality identities, as cross-cutting themes (BRAZIL, 1997). I still question the hunt for the word "gender", by Legislative Assemblies, in some educational plans, and at the end I realize considerations about what we need to know about "gender ideology" so that teachers can handle this "concept" with more insights.

Keywords: Gender ideology; Educational plan; Gender identity; Sexuality; Anti-feminism.

Introdução - Justificando a discussão

Certa vez, numa conversa em um almoço no restaurante “Como Antigamente”, em Delmiro Gouveia, Alagoas, cidade em que está situado o Campus do Sertão, UFAL, no qual sou professor no Curso de Letras (Português), um colega professor de outro curso “estranhou” um pouco, em sentido mesmo de curiosidade e não de afastamento, as referências das quais me utilizava quando discutia sobre meu trabalho na formação de docentes na(s) Letra(s). Tal fato se deu porque certamente não se cogite que nos estudos em língua(gem) possamos discutir, por exemplo, a influência cartesiana do sociólogo Èmile Durkheim ao linguista Ferdinand Saussure, a partir do conceito de “fato social”, ou as ideias de Boaventura Sousa Santos, quando argumenta a favor de uma “epistemologia do Sul”, pois esses saberes não seriam das letras.

Porém, entendo que os fenômenos linguísticos são também fenômenos sociais, culturais, políticos, históricos e ideológicos e que, assim, precisam ser encarados como *objetos complexos*, tal como propõe Signorini (1998), precisando, portanto, serem tratados através de uma ecologia de saberes (MORIN, 2003; SANTOS, 2014), em uma perspectiva indisciplinar/transdisciplinar (MOITA LOPES, 2006; 2013; RONCA, 2001; MORIN, 2003; SIGNORINI, 1998), no sentido de construir saberes linguísticos atrelados aos problemas emergentes, paradigma no qual quem pesquisa é objetivo/sistemático, mas sabendo bem de que lado está, visando, assim, a tessitura de saberes alternativos.

Ou seja, no ensino e nas aprendizagens das letras, assumo-me, como linguista, um cientista social e humano, posicionamento para o qual encontro respaldos nas proposições e saberes da Linguística Aplicada mestiça, saindo, desse modo, do campo da língua(gem) propriamente dita, conforme esclarece Moita Lopes (2006), agenciando diversos saberes, a partir dos quais possa criar inteligibilidades sobre as práticas sociais em suas relações com as práticas discursivas, num paradigma epistemológico “da desordem” (MORIN, 2003), de base interpretativista (BORTONI-RICARDO, 2008).

Nesse processo e posicionamento de concubinagens de saberes, é possível uma Linguística *Queer*, área que questiona justamente a língua(gem) e a captura de seu referente, apresentando a noção de performatividade, como posicionamento crítico em relação à língua(gem) e sua falha, *queerizando*, assim, os estudos em linguagem, dando foco à relação linguagem, significado, sujeito e identidade de gênero e sexualidade, no contexto cultural de uma ditadura heteronormativa, abordagem que venho realizando, a exemplo de “Linguística *Queer* – para além da língua(gem) como expressão do lugar do falante” (SANTOS FILHO, 2015a), “Preâmbulo para uma Linguística *Queer* –

gêneros, sexualidades e desejos na cultura heteronormativa e aspectos linguístico-discursivos” (2015b) e “Da emergência da Linguística *Queer*” (SANTOS FILHO, 2015c), escritos recentes.

Por essa compreensão, afirmo que

Acerca de uma Linguística *Queer*, entendemos que essa situa-se em ligação com o ato performativo *queer*, seja dos movimentos sociais e ou dos estudos *queer*, em sentido de subversão, em sentido de problematização das normas de inteligibilidade na cultura heteronormativa. Tal área de conhecimento se estrutura a partir da noção de performatividade, enfrentando a estreiteza dos estudos antes realizados acerca da relação língua(gem), gênero e sexualidade, passando, agora, a problematizar essa tessitura tríade. Com isso, visa compreender a estrutura do ato performativo e de que modo a autoridade moral vinculante se realiza nos enunciados, sendo o estranhamento o processo de leitura viável, através da análise enunciativo-discursivo. A esse respeito, cabe pensar nas especificidades de um ato performativo insurgente, de modo a compreender a linha tênue entre os sentidos estabilizados na cultura e a recontextualização desses de modo subversivo. A Linguística *Queer*, nessas bases conceituais, ao assumir a noção de performatividade, assume do mesmo modo a noção de construção, mas se afasta do construcionismo linguístico-social, em seu caráter de “monismo linguístico”, pois entende que a língua(gem) não determina seu objeto de discurso. Afasta-se, assim, da performatividade em seu caráter divino, distanciando-se, também, da **noção de ideologia de gênero**, que vê a variação e a mudança linguísticas como “desconstrução” da realidade, visto que essa ideia assume que há usos linguístico-discursivos naturais, verdadeiros; que há uma realidade verdadeira. Nesse arcabouço, acreditamos fornecer um lugar na linguística para a teoria *queer* e ao mesmo tempo olhar para os fundamentos linguísticos desses estudos, assumindo uma postura subversiva nos estudos linguístico-discursivos, possibilitando uma *queerização* desses. Essa linguística indecente nos possibilita, nos parâmetros aqui discutidos, refletir sobre a performatividade de gênero, sexualidade e desejo (performatividades identitárias de modo geral), refletindo, da mesma maneira, a performatividade desses como ato político [grifo meu] (SANTOS FILHO, 2015c, p. 32-33).

Nessa área, então, interessa-me a reflexão sobre performatividade de gêneros e sexualidades. Por isso, alguns trabalhos acadêmicos já foram realizados nessas bandas sertanejas, na UFAL, Campus do Sertão, tais como a i) palestra “O cordel na invenção do homem nordestino/sertanejo”, ministrada em 2013, no evento *Recita Sertão*, e, em 2014, a ii) participação no debate “Dia de Visibilidade Trans”, organizado pelo “Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Diversidade e Educação” (NUDES), com a fala “‘Sou mulher, sou macho, sou tudo!’ – Narrativas cinematográficas de tensões identitárias em ‘Kátia’”, a iii) coordenação, como debatedor, da palestra “Direitos Humanos: sexualidade e relações homoafetivas”, proferida pelo professor mestre Jairo José Campos da Costa, no “I Seminário Nacional da Diversidade Étnica, Sexual e de Gênero – Direitos humanos: dilemas e avanços no cenário nacional”, promovido pelo “Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Diversidade e Educação” (NUDES), e a iv) oferta do minicurso “Ensino/aprendizagem de língua portuguesa: letramentos em direitos humanos (uma cena morfológica; questões de gênero e sexualidade)”, no “I ELIS – Estudos em Linguagem do sertão”, organizado pelo Curso de Letras.

Ainda no Campus do Sertão, instituí, com o apoio do Colegiado do Curso de Letras, a disciplina eletiva “Linguística *Queer*”, já ofertada em 2014.01 e 2015.01. Nessa linha de estudos, algumas pesquisas iniciais foram orientadas, tais como “Maria Bonita na Literatura: um olhar bakhtiniano” e “No cordel, a performatização da(s) mulher(es) – um estudo em Linguística *Queer*”, ambos de Luana Rafaela dos Santos de Souza, graduanda de Letras e pesquisadora iniciante no “Grupo de Estudos em Linguística Aplicada em Questões do Sertão Alagoano” (GELASAL), “O item lexical ‘menines’: um mix de gênero e de sexualidade”, de Maria Izânjila da Silva, graduanda de Letras, estudo decorrente das aulas da disciplina “Morfologia”, “Tecendo gênero na infância por meio da linguagem: uma análise de embalagens do biscoito *Treloso* – um estudo em Linguística *Queer*”, de Camila Faustina Santos Pereira Ramos, graduanda de Letras, e “Linguística *Queer*: reflexões sobre identidade, gênero e sexualidade na vida e na escola”, de Cícera Damiana Correia da Silva e Heloísa Silva Ferreira, graduandas de Letras, reflexões decorrentes dos estudos na disciplina eletiva “Linguística *Queer*”. Nesse último estudo, essas pesquisadoras iniciantes afirmam que

(...) as escolas e professores parecem ainda estar atrelados ao senso comum dominante. Sendo assim, é perceptível a necessidade de reflexões acerca dessas questões na formação docente, de modo a **pensar a respeito do ensino de língua portuguesa e questões identitárias** (SILVA e FERREIRA, 2014).

É, portanto, visando pensar sobre língua(gem) e questões de gênero e sexualidades que me lancei em 2015 a atividades como ministrar a videoconferência “O que é Linguística *Queer*?”, para alunos de um curso de Letras da UFPE, ministrar a disciplina “Introdução à Linguística *Queer*”, para o Programa de Pós-graduação em Letras, na Universidade Estadual de Maringá, e participar da Banca de Qualificação da dissertação “Campanhas virtuais em prol dos direitos humanos: os aspectos discursivos dos 'retratos de ativismos””, de Daniel Carvalho Cisneiros Silva, no Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos, na UFPE, dentre outras.

Considerando essa atuação acadêmico-científica é que se justifica aqui um ensaio reflexivo sobre “ideologia de gênero”, no sentido de problematizar essa noção e, quem sabe, possibilitar, em tempos de intolerâncias, reflexões oportunas sobre uma questão pouco discutida, quando do *boom* de seu aparecimento no cenário nacional, em 2014 e em 2015, nas discussões a respeito da inserção ou não, pelo Legislativo, dos estudos de gênero e sexualidade nos planos educacionais para a educação básica brasileira. Destaco, entretanto, que esta discussão está interessada na ideia de “ideologia de gênero”, sem necessariamente estabelecer relações com os estudos em linguagem, mas, ao contrário, fomentar o debate, principalmente entre educadores e educadoras, tendo sido proposta em junho de 2015 e disponibilizada na Internet, em textos e em uma série de vídeos intitulada “Ideologia de Gênero”, disponível no canal “Conversas Questões de Linguagem”, em < <http://zip.net/bbspps> >, sendo o último acesso em 18 de novembro de 2015.

Ideologia de gênero – contexto de discussão (em Alagoas)

Devido ao prazo que se encerrava, proposto pelo Ministério da Educação (MEC) para a aprovação dos planos de educação estaduais e municipais, o Estado de Alagoas viveu nos meses de junho, julho e agosto de 2015, mais especificamente, o que pode ser chamado de celeuma, aqui entendida como “gritaria”, “tumulto”, a respeito do que foi denominado de “ideologia de gênero”, expressão que conhecemos primeiramente em “La Ideología de Género”, de Scala (2014), livro publicado na Espanha, que já está em sua quarta edição. Sobre essa “gritaria”, estiveram nessa cena professores e professoras, pais e mães de alunxs, advogadx, gestores e gestoras educacionais, legisladores e legisladoras, médicxs e estudantes. Mas não só! Estiveram também cristãos em seus cargos de líderes, ou apenas os fiéis. Mas, por que gritavam? Talvez nem soubessem. Entretanto se esgoelavam a gritar,

dizendo (e ainda dizem) que não queriam “ideologia de gênero” nos planos educacionais, a partir de falas como “educação com **ideologia de gênero é opressão**”. Assim, a confusão se instaurou em torno da noção de **ideologia de gênero**. Mas o que essa expressão significa e por que há essa rejeição? A questão não tem explicação tão direta, porém pode ser discutida sem grandes alvoroços.

A seguir, abordo os significados dessa noção, destacando rapidamente como os estudos de identidade aparecem em discurso legal educacional, falo sobre a celeuma da “ideologia de gênero” com base nas notícias em Alagoas, apresentando como funciona a ira e a caça à palavra gênero no veto a tal ideologia pelo legislativo e, por fim, teço considerações sobre a “ideologia de gênero”, no sentido de sabermos o que aprendemos com ela e como devemos agir frente a essa.

“Ideologia de gênero” – compreensão equivocada (ou fantasiosa) sobre os estudos feministas

Para melhor compreensão dessa noção, faz-se importante sabermos que, a partir da ótica de Scala (2014), os movimentos feministas (de rua e acadêmico), tendo visado “igualdade” entre homens e mulheres, primeiro no âmbito público, no sentido de a mulher poder votar e ser eleita, e depois no âmbito da esfera civil, podendo essa ter direitos à aquisição e a administração de bens, construíram uma ideia de opressão vivida pela mulher. Para Scala (2014), tal opressão seria falsa, ou seja, a mulher não teria sofrido historicamente nenhuma submissão. Para ele, a mulher teria entrado em crise identitária com o surgimento da pílula anticoncepcional, na década de 1960, e teria aceitado tornar-se objeto de prazer, seguindo, portanto, um caminho equivocado, já que a relação sexual não seria mais para a procriação. Desse contexto de ações feministas, as mulheres teriam passado a reivindicar também uma igualdade sexual. Assim, as reivindicações e os estudos feministas estariam gerando uma nova antropologia, ou melhor, uma pseudo-antropologia, ou melhor ainda, uma **ideologia feminista**, negativa a seu ver.

Na argumentação de Scala (2014), essa ideologia feminista ampliou-se com o conceito de “gênero”, como categoria histórica e analítica. Ou seja, a noção de que “não se nasce mulher, torna-se mulher”, da filósofa feminista Simone de Beauvoir ([1949] 1972), isto é, a ideia de que a mulher (e também o homem) é construída socioculturalmente desconsideraria a dimensão biológica do que é ser homem e ser mulher e, assim, sustentaria que o sexo dos

sujeitos não estaria na essência do corpo, da biologia, morfologia e fisiologia. Segundo afirma, na perspectiva feminista, a construção da mulher (e do homem) seria, então, autônoma. Assim, da maneira que Scala (2014) está compreendendo, a condição de cada um, de ser mulher ou ser homem, seria construída individualmente (seria uma escolha) ou, por outro, seria uma imposição. Nesse gesto performativo acerca das ideias de Simone de Beauvoir ([1949] 1972) e depois das de Judith Butler ([1990] 2003), por exemplo, teóricas feministas, Scala (2014) distancia-se dos conceitos ali propostos, pois, diferentemente da leitura que ele realiza, para o feminismo e os estudos de gênero, ao se falar que a mulher (e o homem) é construída historicamente, está se afirmando que o modo de ser mulher assumido é aquele cujo significado está convencionado numa determinada sociedade em determinado momento da história, a partir das expectativas que se tem sobre ser mulher (ou ser homem) naquela sociedade.

Por exemplo, em “Gabriela cravo e canela”, romance de Jorge Amado, a jovem Malvina queria estudar, queria mudar de cidade, de Ilhéus para Salvador, para se tornar doutora, mas Melk, seu pai, não a permitiu, pois, naquela cultura, nos anos de 1920, os significados sociais sobre o que era uma mulher eram outros, diferentes dos nossos: o que era adequado para Malvina se pautava na ideia de uma mulher submissa ao homem, pai ou irmão, não podendo essa decidir por si, sobre sua vida. Sobre essa questão, se dermos um salto para o início de nosso século, em 2015, a cultura é outra, ou seja, os significados do que é ser mulher são outros. Por isso, podemos ler numa capa de revista, como a “atrevida”, revista para jovens, uma manchete com o título “Chegou a hora? Um manual completo para ajudá-la a decidir se está pronta para ter sua primeira vez”. A pergunta e o manual destinados à jovem mulher sobre sua primeira relação sexual ainda na adolescência só são possíveis no periódico porque o tempo é outro. Todavia, não é assim que Scala (2014) entendeu o conceito de gênero, a ideia de que ser homem e ser mulher é uma construção sociocultural.

De modo diferente, para Scala (2014), o conceito de “gênero” estaria substituindo o de “sexo”, gerando o princípio da negação da natureza humana, apagando as diferenças anatômicas e fisiológicas, pois, conforme ele mesmo sustenta, “mulheres e homens são distintos biologicamente – isto é tão claro como o fato de que a água em estado líquido sempre molha” (SCALA, 2014, p. 43-44). Ou, para Scala (2014), o importante é a diferença biológica. Logo, aos olhos dele seria uma compreensão equivocada pensarmos que a mulher é construída socialmente.

Conforme afirma, a noção de gênero geraria uma autonomia absoluta da mulher, de modo a competir e tomar o poder político do homem, gerando como consequência um novo mundo, no qual se passaria de uma perspectiva androcêntrica e patriarcal para uma cultura feminista. Esse era/é o “medo” de Scala (2014). Esse é o medo que é espalhado com a proposição da noção de “ideologia de gênero”. Nessas considerações de quais sentidos são válidos para o que é ser homem e o que é ser mulher, ato performativo pautado, a meu ver, em ideias distorcidas, para Scala (2014), a partir do conceito de gênero, a sexualidade definida desapareceria e passaria a ser polimorfa e ambígua, isto é, não teríamos mais heterossexualidade e homossexualidade. Ao contrário de pensar que esse novo mundo seria de convivência com as diferenças, ele acredita que seria a libertação das mulheres. Dessa maneira, estando esse conceito de gênero imbricado no discurso social, político e legal contemporâneo, necessita, a seu ver, por tudo isso, ser evitado. Assim, Scala (2014) sustenta que essa é uma **ideologia feminista**; é uma **“ideologia de gênero”**.

Partindo do que foi apresentado, Scala (2014) faz uma leitura que se distancia dos sentidos propostos pelos movimentos e estudos feministas (e *queer*), uma leitura, em minha compreensão, “equivocada” do conceito de gênero e, por isso, argumenta que tais movimentos e estudos sustentariam e estariam sustentados por uma “ideologia de gênero”, antecipando-se a uma possível mudança radical em nossa sociedade, proibindo-a. Seria uma compreensão/postura antifeminista? Por isso, a palavra “gênero” deve ser abolida dos planos educacionais? Por sua noção, diríamos que Jesuíno, em “Gabriela cravo e canela”, matou Sinhazinha, que o estava traindo, porque isso é coisa de homem, e que essa maneira de agir está em sua biologia, em sua essência de homem? Será que podemos dizer, em uma aula de biologia sobre o sistema endócrino, por exemplo, que se um homem deseja uma mulher basta, ao conversar com ela, dar toques leves em sua pele, pois o organismo dela liberará o hormônio ocitocina, que produzirá um bem-estar com tais toques, e que, assim, ela vai se apaixonar por ele? Será mesmo que a mulher é apenas constituída de dados morfológicos e fisiológicos? Na compreensão de Scala (2014) possivelmente sim!

Mas será que todos e todas que estão gritando “não à ideologia de gênero” sabem mesmo os fundamentos dessa noção? O que é, então, “ideologia de gênero” para as gritarias que têm acontecido em nosso país? E em Alagoas? Antes de responder, é preciso entender, brevemente, como os estudos feministas aparecem no discurso educacional legal brasileiro.

Orientações educacionais legais brasileiras – estudos de gêneros e sexualidades (não ideologia de gênero)

Nas orientações educacionais legais brasileiras não há essa noção de “ideologia de gênero”. Nessas orientações, aparecem noções de **identidades de gênero** e de **sexualidade**, como temas transversais, tais como apontam os objetivos gerais de orientação sexual para o ensino fundamental, nos PCN – Pluralidade Cultural e Orientação Sexual, de

- i) respeitar a diversidade de crenças e comportamentos existentes e relativos à sexualidade, desde que seja garantida a dignidade do ser humano e
- ii) reconhecer como determinações culturais as características socialmente construídas ao masculino e ao feminino, posicionando-se contra discriminações a eles associadas (BRASIL, 1997, p. 133).

Nesses, a ideia é que na educação escolar o professor ou a professora possa, por exemplo, numa aula de morfologia, explicar aos seus alunos que a palavra “todos” é um pronome indefinido, que significa “cada um”, “toda a gente”, mas que, devido aos sentidos de nossa atual sociedade, em que mulheres e homens conquistaram diversos direitos sociais e civis, passamos a dizer em cumprimento aos homens e às mulheres “Bom dia a todos e a todas!”, pois, nesse contexto, entendemos que se faz importante especificar o cumprimento aos homens e às mulheres, para que não sejamos interpretados como não considerando as mulheres que estão naquele recinto. Porém, não só! Para que possamos de fato não apagar as mulheres que estão naquele ambiente, dando-lhes, assim, visibilidade e reconhecimento com tal comportamento linguístico. Ou seja, a classe de aula entenderia que a palavra “todos” foi durante muito tempo pensada como não marcando em sua estrutura linguística gênero masculino, mas que nos últimos anos a interpretação social é que essa palavra marca sim gênero (o masculino), sendo necessário, portanto, o uso dos morfemas gramaticais “-o” e “-a”, estabelecendo, assim, distinção de gênero.

Do mesmo modo, seguindo a perspectiva de identidades de gêneros e sexuais, poderíamos nos questionar com os alunos a partir de uma questão de livro didático, quem usa a palavra “emocionado/emocionada”, se homem ou se mulher. A reflexão poderia nos permitir discutir com os alunos e alunas que é possível que algumas pessoas acreditem que o vocábulo “emocionado”, mesmo com a marcação no masculino, não seja uma palavra usada por homens, pois eles não seriam emotivos, e sim de uso exclusivo das mulheres. Também permitiria fazer entender que podem existir homens que usam a

palavra “emocionado” pois essa não é de uso exclusivo nem de homens nem de mulheres. Poderíamos também questionar se os alunos e alunas conhecem rapazes que usam palavras com marcação no feminino para se referir a si, a exemplo de “Estou emocionada!”, e por que fazem isso, levando a turma a chegar à ideia de que existem homens, gays, que se comportam com modos femininos, e questionando se isso seria um problema para a convivência com esse modo de ser homem. Poderíamos do mesmo modo questionar nessa mesma atividade se todos os homens gays são efeminados, isto é, se apresentam modos de ser considerados femininos. A discussão não se pautaria por preconceito ou discriminação aos diversos modos de homem e homossexual.

Esse é um exemplo de, nas aulas, quando for necessário e o momento e a questão solicitarem, pautar um tema transversal de questão identitária, possibilitando reflexões sobre modos de ser homem e modos de ser mulher existentes em nossa sociedade. Essa postura é bem diferente das ideias apresentadas por Scala (2014). Será mesmo que pontuar questões como essas na educação sistematizada seria uma opressão à formação de crianças e jovens? Será que tal posicionamento educativo não seria uma forma de educar para a convivência com o outro, o “diferente”, reconhecendo-o e respeitando-o?

A celeuma da “ideologia de gênero”

De modo oposto ao que acabamos de compreender sobre a perspectiva proposta para os estudos de identidade de gênero e sexualidade, foi possível, a partir de diversas notícias e reportagens, publicadas em Alagoas entre julho e agosto de 2015, interpretar que, ao se referir à **ideologia de gênero**, diversos atores sociais filiaram-se ao pensamento apresentado em Scala (2014), mesmo o desconhecendo, entendendo, assim, que *ideologia de gênero* é **uma perspectiva/maneira de ensinar** que

- i) ensina que o sexo biológico dado pela natureza não tem valor algum,
- ii) orienta que ninguém nasce homem ou mulher, impondo aos alunos que eles construam a própria identidade de gênero ao longo da vida, escolhendo ser homem ou mulher, ou mesmo ser de gênero neutro, agênero,
- iii) ensina como os alunos e alunas devem transar,
- iv) punirá os pais, a partir do Estado, acaso esses tratem as crianças como menino ou menina, sendo, assim, opressiva,

- v) afrontará o matrimônio, união que é natural e divina,
- vi) destruirá a família,
- vii) provocando confusão, sendo, portanto, erro mental humano.

Será mesmo que possíveis discussões em sala de aulas, como as comentadas anteriormente, produzirão as questões listadas? Para os diversos atores que aparecem na cena da gritaria certamente sim, pois ideologia de gênero para eles é uma maneira de ensinar que impõe uma agenda de gênero, configurando-se como uma “colonização ideológica”. Todavia, essa é uma postura que nega os estudos de gênero e de sexualidade.

Seguindo essa compreensão antifeminista, acreditam que pautado na ideologia de gênero o ensino se dará a partir de cartilhas que mostram ilustrações de relações sexuais entre homens e mulheres, mulheres com mulheres e homens com homens, ensinando “coisas gostosas para se fazer acompanhados” e detalhando a masturbação, por exemplo. Nesse raciocínio (fantasioso?), fundado numa rejeição à compreensão dos estudos feministas sobre o conceito de gênero (e sexualidade), cheio de falácias, ideologia de gênero seria uma perspectiva de ensino que negaria qualquer poder da autoridade dos pais sobre a educação de seus filhos. Será que ao se falar sobre ideologia de gênero os gritadores têm a noção de que estão falando sobre os estudos de identidades de gênero e sexual, tal como minimamente foram comentados nessa reflexão?

Entendendo de modo equivocado e aparentemente sem qualquer preocupação de conhecer melhor o que são os estudos de gênero e de sexualidade, muitos legisladores demonstraram preocupação, referindo-se a tal “ideologia de gênero” como sendo ensino sobre “educação sexual e homossexualismo”, que levaria os alunos e alunas a aceitar com naturalidade a homossexualidade, isso porque esses atores da cena política imaginam que o que estão chamando de ideologia de gênero fomentaria um estilo de vida que incentiva todas as formas de experimentação sexual desde a mais tenra idade, sendo, portanto, uma prática de ensino considerada inadequada, pois, para esses, se ela se efetivar delapidará os costumes familiares, atrofiando as famílias. Por essa via de compreensão, os legisladores acreditam que têm que comprovar compromisso com a democracia e com os valores éticos, impondo veto à “ideologia de gênero”. Muitos internautas que comentaram a respeito seguem a mesma incompreensão. É falta de conhecimento (ou declínio desse?), inclusive das bases da noção de “ideologia de gênero” em proposições como a de Scala (2014).

Alguns chegam até a acreditar que “ideologia de gênero” será uma disciplina a ser implantada no currículo escolar. Outros legisladores estão interessados em saber “como”, de que forma, a “ideologia de gênero” se desenvolveria na prática. Esses últimos estão no caminho certo, mesmo que não haja ideologia de gênero, já que, como estamos entendendo, essa é uma noção fantasiosa construída a partir da **interpretação equivocada**, a exemplo das ideias de Scala (2014), sobre os movimentos e estudos feministas e do conceito de gênero, filiadas aos seus valores morais e religiosos, que é depois repetida, em filiação, do mesmo modo, à postura religiosa, na maioria dos casos. Diria que ao serem gritadas, frases como “a educação com ideologia de gênero é opressão” e “menino nasce menino e menina nasce menina”, constituem-se como a **repetição do equívoco**. Sustentaria que a maioria dos repetidores “ouviram o galo cantar mais não sabem onde”, como costumamos dizer aqui no Sertão.

A ira e a caça à palavra “gênero”

Nas ideias dos gritadores expostas anteriormente, o que tem sido chamado de “ideologia de gênero” (e o ensino nessa pautado) deve ser banido, derrubado, pois é um risco, é o apocalipse, já que seria uma distorção antropológica grave que não é útil ao combate à discriminação (de gênero e sexualidade, ou apenas de raça/etnia?), mas, de modo oposto, seria útil na desconstrução da família. Nesse sentido, é lançada a **ira** sobre a palavra “gênero”, de modo que essa tem que desaparecer dos planos educacionais, municipal ou estadual, por seu caráter ideológico. É, assim, considerada uma terminologia temerosa! Dessa maneira, na prática, deve ser feita a retirada de signos linguísticos considerados típicos da ideologia de gênero, tais como “identidade de gênero”, “orientação sexual”, “diversidade sexual”, “identidade sexual”, “opção sexual” e todos os outros que façam alusão a esses, pois, seriam usados, nessa trama, como se fossem apenas uma linguagem inclusiva, quando estariam, na verdade, a serviço da “ideologia de gênero”, argumentam. Estamos em um filme de Sherlock Holmes, no qual estamos procurando a “prova do crime”, ou estamos mesmo de volta ao passado, na Idade Média, fazendo uma “caça às bruxas”?

Como se efetivaria essa **ira** à palavra “gênero” na prática dos “inquisidores”, os legisladores? Se tomarmos como exemplo o caso de São Paulo, que vetou a “ideologia de gênero”, ou melhor, acredita ter vetado os estudos de gênero e sexualidade, haveria exclusões de termos e expressões considerados alusivos à tal ideologia. Vejamos como era a meta 3.20 e como essa ficou, no Plano Municipal de Educação de São Paulo:

Meta 3.20 – como era

Promover ações contínuas de formação da comunidade escolar sobre sexualidade, diversidade, relações de gênero e Lei Maria da Penha, através da Secretaria Municipal de Educação e em parceria com Instituições de Ensino Superior e Universidades, preferencialmente públicas, e desenvolver, garantir e ampliar a oferta de programas de formação inicial e continuada de profissionais da educação, além de cursos de extensão, especialização, mestrado e doutorado, visando superar preconceitos, discriminação, violência sexista, homofóbica e transfóbica no ambiente escolar.

Meta 3.20 – como ficou

Promover ações de formação da comunidade escolar sobre a Lei Maria da Penha, nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, através da Secretaria Municipal de Educação.

O que foi feito, de fato? Ao observamos a mudança no texto do PME paulista, percebemos que foram retiradas as palavras/expressões “sexualidade”, “diversidade”, “relações de gênero” – as palavras porque fariam alusão a gênero e a expressão porque explicitamente menciona gênero. Foi retirado também todo o trecho em que se fala sobre a formação de professores, proposta que visava “superar preconceitos, discriminação, violência sexista, homofóbica e transfóbica no ambiente escolar”, possivelmente por compreenderem que nessa parte textual haveria menção à suposta “ideologia de gênero”, a partir dos vocábulos/expressões “preconceitos”, “discriminação” e “violência sexista, homofóbica e transfóbica”. Questiono: com tais supressões, ou apagamentos, houve mesmo “extermínio” dos estudos de identidade de gênero e sexualidade, em suas diversas nuances? Não! Porquê? Poderíamos argumentar que a compreensão que atualmente se tem sobre gênero e sexualidade não será apagada ou revertida dos nossos saberes, sendo esse conhecimento um caminho sem volta. Mas, apenas dizer isso parece abstrato demais. Assim, sendo mais prático e palpável, devemos entender que ao manter “formação da comunidade escolar sobre a Lei Maria da Penha” o plano educacional continua mantendo em suas bases/metaspas os estudos identitários de gênero e de sexualidade.

Se uma escola “X” resolve, então, desenvolver um projeto de estudos acerca da Lei 11.340/2006, Lei Maria da Penha, quais seriam os saberes que estariam na pauta da discussão? Certamente os conhecimentos seriam com base nos modos de ser homem e de ser mulher historicamente forjados nas diversas culturas e, a partir do caso de Maria da Penha, fomentar-se-iam

discussões sobre a violência contra as mulheres, violências físicas e simbólicas, e como o Estado intervém na nossa cultura machista, criminalizando a opressão sofrida pelas mulheres, por parte de seus companheiros. A base é o estudo de gênero. Aventemos também que tal instituição escolar decida que vai se utilizar de cartazes sobre essa Lei, tal como o de uma oficina sobre violência contra a mulher, ofertada pela prefeitura de Fortaleza (CE), em 2012, na sequência:

Figura 01: Cartaz de uma oficina sobre violência contra a mulher.



Fonte: Disponível em < <http://zip.net/bbspqS> >.

Ao realizarmos uma leitura rápida do cartaz, logo podemos perceber que o argumento principal apresentado está sustentando no conceito de gênero, isto é, na ideia de que os modos de ser homem e de ser mulher não são naturais, advindos da biologia, mas sim modos de ser historicamente construídos, noção que levaria, portanto, os alunos e alunas ao entendimento de que “violência contra a mulher: isso não é natural”. Assim, faz-se importante saber que os estudos feministas não estão apenas na palavra gênero, mas arraigados em nossos saberes, em nossa cognição; já fazem parte do conhecimento enciclopédico disponibilizado socialmente e base de nossos conhecimentos prévios, ajudando-nos a lidar com os diversos modos de ser, homem ou mulher. A leitura do cartaz na escola seria um crime?

Considerando que alguns imaginem que com as estratégias possíveis, apresentadas anteriormente, a escola estivesse burlando as metas do PME e,

de maneira oportunista, tentando reinserir os estudos de gênero e de sexualidade na educação sistematiza, podemos, então, ir diretamente ao texto da referida Lei:

Figura 02: Recorte da Lei Maria da Penha, nº 11.340, de 2006, p. 13.

TÍTULO II
DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER

CAPÍTULO I
Disposições Gerais

Art. 5º Para os efeitos desta Lei, configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial:

- I – no âmbito da unidade doméstica, compreendida como o espaço de convívio permanente de pessoas, com ou sem vínculo familiar, inclusive as esporadicamente agregadas;
- II – no âmbito da família, compreendida como a comunidade formada por indivíduos que são ou se consideram aparentados, unidos por laços naturais, por afinidade ou por vontade expressa;
- III – em qualquer relação íntima de afeto, na qual o agressor conviva ou tenha convivido com a ofendida, independentemente de coabitação.

Parágrafo único. As relações pessoais enunciadas neste artigo independem de orientação sexual.

Art. 6º A violência doméstica e familiar contra a mulher constitui uma das formas de violação dos direitos humanos.

Fonte: Brasil (2010).

Nessa Lei 11.340, de 2006, no Título II, “Da violência doméstica e familiar contra a mulher”, Capítulo I, “Disposições gerais”, no artigo 5º, violência contra a mulher está codificada como “qualquer ação ou omissão [contra a mulher] baseada no **gênero** que lhe cause morte, lesão, sofrimento

físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial” [inserção e grifo meus]. Ainda no parágrafo único desse artigo, o Estado codificou que “as relações pessoais enunciadas neste artigo independem de **orientação sexual**” [grifo nosso]. Com essa redação, as noções de gênero e de sexualidade tornam-se bases legais na discussão e orientação sobre a violência contra a mulher e sua criminalização. Dessa forma, no próprio texto frio da Lei, os estudos feministas são suporte. Poderíamos, e a escola pode fazer isso, avançar ainda mais, tendo como base o texto legal, ampliando a discussão acerca da expressão “orientação sexual”: os alunos e alunas, nos estudos sobre essa Lei, poderiam se questionar se uma mulher trans- poderia se beneficiar da “Maria da Penha”. Que resposta seria possível? A turma poderia ler/assistir e discutir, por exemplo, a reportagem mostrada no recorte na sequência:

Figura 03: Reportagem sobre o amparo recebido pela Lei Maria da Penha por uma transexual.

31/03/2015 10h31 - Atualizado em 31/03/2015 11h54

Transexual é beneficiada pela Lei Maria da Penha em MT: 'Ele me batia'

Vítima era agredida constantemente pelo então companheiro, em Cuiabá. Essa é a primeira vez que a Justiça beneficia transexual com essa lei em MT.

Do G1 MT



"No primeiro mês que eu comecei a morar com ele, ele começou a me agredir. Me dava pancadas,

Vítima relatou ter sofrido violência doméstica por três anos (Foto: Reprodução/ TVCA)

Uma transexual que pediu para não ter o nome divulgado foi beneficiada pela Lei Maria da Penha após sofrer agressões do ex-companheiro, em Cuiabá. Recentemente, ela conseguiu na Justiça uma medida protetiva para evitar que o agressor, com quem se relacionou por três anos, se aproxime dela. Essa é a primeira vez que uma transexual é amparada por essa lei no estado. No Brasil, outro caso foi registrado em Minas Gerais.

A vítima relatou que, desde o início, o relacionamento foi conturbado. No primeiro

Fonte: G1 Mato Grosso, 2015. Disponível em < <http://zip.net/bvspXr> >.

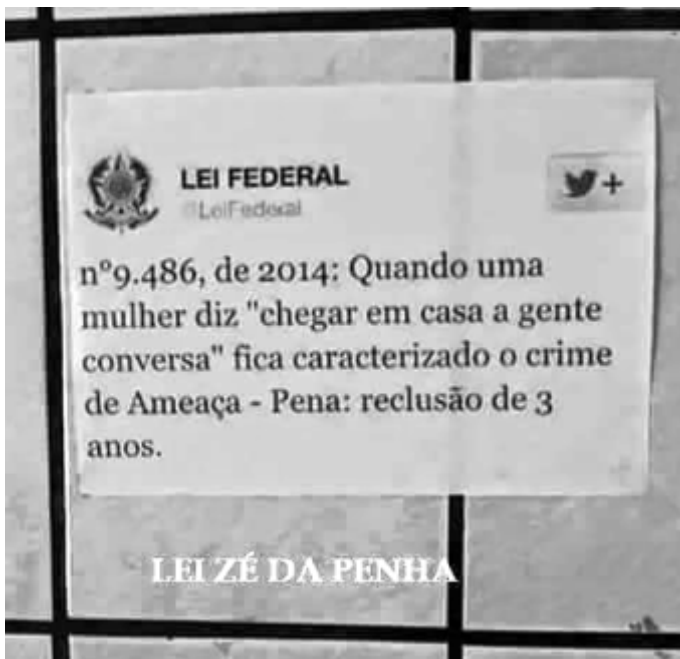
Na reportagem do G1 MT, de 31 de março de 2015, portanto bem recente, uma mulher transexual que sofria agressões físicas e humilhações por parte do companheiro recebeu medida protetiva para que ele não se

aproximasse mais dela. Essa decisão está baseada na Lei Maria da Penha, e foi considerada cabível pela justiça, já que a violência sofrida pela transexual foi compreendida como violência contra a mulher. Desse modo, essa decisão pode servir de modelo para outros casos, tornando-se vinculante. A partir desse caso judicial, a escola e os alunos passariam a entender a importância do reconhecimento da identidade de gênero pelo Estado, de modo a amparar os direitos humanos, posicionando-se contra a violação de direitos, independente da orientação sexual e de gênero. Com tal leitura e debate, a turma conseguiria responder ao questionamento, entendendo também, de acordo com o artigo 5º, que entidade familiar pode ser/é “qualquer relação íntima de afeto”, explicação que configura no texto legal o reconhecimento da união homoafetiva, visto que, como confirma a defensora pública Rosana Leite Antunes, na reportagem citada, a Lei Maria da Penha “foi a primeira Lei do Brasil a reconhecer as uniões homoafetivas”. Leia a matéria “Lei Maria da Penha vale para a relação homoafetiva” em < <http://www.conjur.com.br/2011-abr-20/lei-maria-penha-aplicada-acao-envolvendo-casal-homossexual> >.

Partindo desse entendimento, houve exclusão dos estudos de identidade sexual e de gênero na meta 3.20 do PME paulista? Não, mas não apenas nessa meta, pois tais estudos se mantem nesse plano de modo geral, visto que ao se falar de “todas as formas de discriminação”, apenas para citar mais um aspecto, na proposta de fortalecer as redes de proteção de direitos previstos pela legislação, os estudos de gênero e de sexualidade não serão excluídos. O que, ingenuamente, está se fazendo é não mencionar explicitamente tais estudos, estratégia que não tem força nem fundamento que bloqueiem da nossa sociedade os saberes construídos fora da lógica heteronormativa. Logo, muito mais do que proteger a sociedade sobre uma suposta ameaça às famílias, as ações legislativas como as aqui comentadas, e desejadas por muitas pessoas, tentam na verdade impedir que sejamos mais humanos, negando-nos o “direito de aprendizagem” acerca dos direitos humanos.

Ainda avançando um pouco, sobre o estudo possível da Lei Maria Penha na escola, poderia ser levantada a questão se o homem pode ser beneficiado por essa Lei. Para tal reflexão, poderíamos questionar a imagem que circula no *facebook*, proposta no *Twitter*, de modo jocoso, sobre uma suposta “Lei Zé da Penha”. Vejam!

Figura 03: Brincadeira acerca de uma suposta lei “Zé da Penha”.



Fonte: Disponível em < <http://zip.net/brspDC> >.

Mas isso já seria um outro estudo, que poderia ser iniciado a partir do entendimento de que em 2008 um homem recebeu proteção, a partir de uma medida protetiva, com base na Lei Maria da Penha, aplicada por analogia, conforme vimos também na reportagem comentada, do G1 MT. Apenas para mais uma questão dentro das possibilidades de atividades nas escolas, tomando o plano educacional, mesmo com as exclusões de termos e expressões, poderíamos pensar se o recorte abaixo, de um livro didático de Língua Portuguesa, poderia ser trabalhado, já que a discussão proposta perpassa por questões de gênero. Fica a dúvida, mas a resposta é bem óbvia.

Figura 04: Recorte de livro didático de Língua Portuguesa.

CAPÍTULO 4 UNIDADE 2 • CULTURA DE PAZ

Palavras com poder de paz

Pra começo de conversa

Observe a imagem a seguir:



Essa imagem faz parte da **Campanha Brasileira do Laço Branco – Homens pelo Fim da Violência Contra a Mulher**. A campanha tem como lemas principais “jamais cometer um ato de violência contra as mulheres e não fechar os olhos diante dessa violência”. O objetivo é mobilizar homens e organizações para que trabalhem pelo fim da violência de gênero.

Disponível em: <www.promsado.org.br/388>. Acesso em: 25 set. 2006.

Converse com seus colegas e seu educador sobre as questões a seguir:

1. Qual é o significado da palavra “cúmplice” empregada no cartaz?
Educador: para o aluno estabelecer a relação sintática, é necessário que ele saiba o significado da palavra cúmplice. Seria importante incentivá-lo a conversar e identificar o sentido dessa palavra.
2. Qual a relação entre a frase apresentada no cartaz e a informações do texto abaixo dele? *Resposta pessoal.*
3. Você acha que é importante discutir o tema “violência contra a mulher”? Por quê?
Resposta pessoal.
4. Você considera relevante a participação dos homens nessa campanha? *Resposta pessoal.*

65

Fonte: Silva, Silva e Marchetti (2009, p. 65).

Considerações: “ideologia de gênero” (o que é preciso saber?)

Considerando toda a reflexão aqui realizada e suas propostas, alguns aspectos devem ser melhor compreendidos, para que possamos lidar com a noção de “ideologia de gênero” com mais discernimentos. Inicialmente, é relevante pensarmos que poucos foram aqueles que tinham se preocupado anteriormente com essa “expressão”, apesar de ela já estar em circulação em

nosso país, principalmente em vídeo (aulas e palestras), no *Youtube*! Assim, não é possível dizer que não existe essa noção, pois existe sim, estando a um *click* do *mouse*. Sabendo que ela existe, faz-se importante, então, entendermos seus idealizadores e propagadores, a exemplo de Scala (2014), e seus significados, como, a nosso ver, um ato performativo de recusa aos estudos feministas e de gênero. Porém, por aqueles que a propagam, essa noção não é equivocada, mas, ao contrário, a mais correta. Mas quem tem propagado tal ideologia? Se realizarmos uma consulta rápida e básica no *Google* e no *Youtube*, percebemos que “ideologia de gênero” é uma noção que se filia aos fundamentos religiosos cristãos (ortodoxos), frente à liberdade de costumes morais e sexuais em expansão desde o século XVIII, com a Revolução Francesa. Assim, líderes religiosos, pastores, padres e doutrinadores têm disseminado, com entrevistas, palestras, cursos e aulas a ideologia de gênero nos mesmos parâmetros postulados por Scala (2014). Logo, é possível ouvirmos na internet ideias como a que segue, sobre possíveis implicações da “ideologia de gênero”:

(...) é algo de uma desconstrução da própria pessoa, da identidade da pessoa. A ideologia de gênero seria, justamente, a tentativa de se dizer que há a possibilidade de autoconstrução da sua identidade sexual, livre, libertada da tirania da biologia. Então, heterossexualidade e homossexualidade seriam construções da sociedade que impõe uma identidade à pessoa humana. Então, necessariamente, você deveria retirá-las e isso significaria, na ponta, uma criança sendo ensinada que ela então não nasce com uma determinada identidade. É lógico que nós não somos somente uma composição biológica, mas também não dá para dizer que não a temos. Então, ela tem realmente influência no nosso psicológico, na nossa forma como ser. E, então, **gênero** quer dizer, apesar de parecer uma palavra inofensiva, ela que ir muito além, e quer tirar a palavra “sexo” e colocar “gênero”. Então, não seríamos, mais homens e mulheres, e nem muito menos homossexuais. Seríamos cisgênero e transgênero, uma nova linguagem, de uma nova identidade volátil. Então, a pessoa, ao longo do dia, pode realmente, livremente, em matéria sexual, compor a sua identidade (NERY, 2015).

Essa explicação de Nery (2015) certamente tem base nas/das ideias de Scala (2014), focando, a partir de muitos “erros conceituais” (a propósito de sua posição ideológica), questões de identidade e de sexualidade. Sua conceituação de “ideologia de gênero”, entendimento sobre os estudos feministas e *queer*, está fundada em algumas falácias, quais sejam:

- i) afirma que a identidade é construída livremente,
- ii) partindo do erro anterior, mantém a afirmação de que os estudos de gênero pregariam a retirada da identidade sexual dos sujeitos, para que não sejam nem heterossexuais, nem homossexuais (questiono-me como seria isso!),
- iii) afirma que, assim, os sujeitos passariam a ser cisgêneros e transgêneros, e teriam, portanto, uma identidade sexual volátil, podendo ser configurada a qualquer momento ao longo do dia.

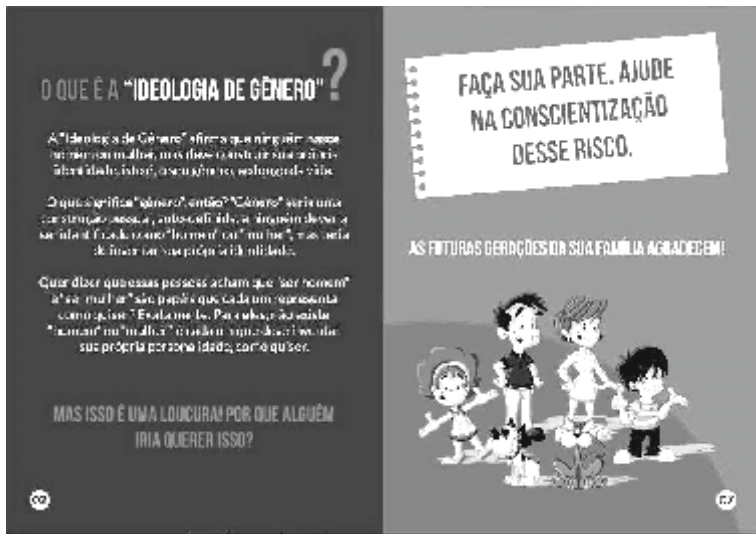
Tais noções são um equívoco de leitura (ou partem de uma desonestidade intelectual?), pois, para Butler (2003), gênero é uma ação performativa, construção, desse modo, sociocultural, tal como comentei sobre Malvina, em “Gabriela cravo e canela”, não uma postura livre. Para essa filósofa, só podemos pensar em gênero imbricando esse conceito às convenções sociais. Entretanto, seguindo um raciocínio antifeminista, os divulgadores aqui no Brasil da “ideologia de gênero” a configuram, porque assim é, como uma noção religiosa, argumentando, por exemplo, que tal “ideologia” “chocaria-se com os ensinamentos bíblicos”; que seria um “choque com a palavra de Deus”. Será que os estudos possíveis sobre a Lei Maria da Penha seriam mesmo uma negação da doutrina cristã, tornando-se uma busca pelo esfacelamento da família heterossexual? A resposta está bem à vista! Não!

Logo, decorrente da divulgação massiva de uma suposta ideologia de gênero implantada nos discursos sociais e legais, criou-se, por parte da população (pautada por outras informações), uma celeuma, uma espécie de terrorismo psicológico, já que as pessoas passaram a acreditar que as escolas agora vão ensinar aos seus filhos a ser gays. Ou seja, **ideologia de gênero** é uma **interpretação equivocada** sobre os estudos de gênero e sexualidade, e a gritaria do povo é uma **repetição do equívoco**, conforme já aponte. Todavia, é importante frisar que essa interpretação acerca de “ideologia de gênero” certamente é originada e se sustenta na compreensão de mundo, de gênero e sexualidade, desses que se posicionam contrários às ideias forjadas pelos estudos feministas, de gênero e *queer*.

E o que aprendemos ou estamos aprendendo com essa celeuma? Aprendemos que os planos educacionais não estão equivocados em suas propostas e metas, pois visam lidar com a alteridade, o “outro”, que em nossa história foi sempre relegado, na tentativa de possibilitar, na formação de nossas crianças e jovens, a compreensão da necessidade do reconhecimento e respeito ao outro, visto que cada ser humano tem direito à uma vida digna.

Aprendemos também que, ao contrário, as ações legislativas deveriam estar direcionadas para cobrar das escolas que elas fortaleçam estudos que perpassem pela discussão de identidade de gênero e de sexualidade, para que no futuro não tenhamos tantos ranços e preconceitos como os que são ainda vistos em nossa sociedade, tal como nos comentários sobre “ideologia de gênero”. Dessa maneira, não faz sentido uma campanha contra os estudos de gênero e sexualidade como esta:

Figura 05: Campanha de conscientização do risco que é a ideologia de gênero



Fonte: Disponível em < <http://zip.net/bwspdJ> > .

Aprendemos ainda que muitas pessoas são manipuláveis, pois basta que alguém diga como devem pensar e agir e elas repetem. Aprendemos também que, considerando a possibilidade de manipulação, muitos políticos se valem disso para, mesmo sem compreender o que é “ideologia de gênero”, tornarem-se opositores apenas para conquistar eleitores ou manter os que já têm (é a chamada politicagem no cenário brasileiro). E o que podemos nós educadores e educadoras fazer frente a essa celeuma é estabelecermos canais de diálogos, para que aqueles que estão próximos possam minimamente “despertar” assumir outra postura, ativa, no combate a essa estratégia falaciosa, que, no fundo, parece ser apenas uma caça aos homossexuais (de novo!), tal como a tentativa de boicote ao filme comercial da Boticário, em 2015, que trouxe à cena televisiva casais homossexuais, na campanha para o

dia dos namorados. Para seguidores de ideias como as de Scala (2014), a propaganda mencionada seria a ideologia de gênero na mídia.

Além disso, devemos dialogar com seriedade com aqueles que propagam essa noção por pura desonestidade intelectual, pois nossas crianças e jovens precisam sim de formação sobre identidade de gênero e sexualidade, para que tenham um desenvolvimento saudável psicossocial (SANTOS FILHO, 2015d). Esta reflexão é importante para mim, na condição de professor na formação docente, porque é relevante para que nas aprendizagens das letras outros saberes sobre gêneros e sexualidades sejam possíveis, em concubinagens de saberes. Essa discussão sobre ideologia de gênero é importante para todo e qualquer professor ou professora, principalmente aqueles/aquelas da educação básica.

Referências

- BEAUVOIR, Simone de. Infância. In. Simone de Beauvoir. **O segundo sexo – a experiência vivida**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1967, p. 09-65.
- BORTONI-RICARDO, Stella Maris. **O professor pesquisador – introdução à pesquisa qualitativa**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.
- BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero – feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização, 2003.
- BRASIL. **Pluralidade cultural e Orientação sexual – temas transversais**. Parâmetros Curriculares, vol. 10. Brasília: MEC/SEF, 1997.
- MOITA LOPES, Luiz Paulo da. Perspectivas atuais em Linguística Aplicada: questões políticas, teóricas e metodológicas. In. II Ciclo de Diálogos em Linguística Aplicada - Instituto de Estudos da Linguagem. IEL, Unicamp, 2013. Disponível em < <https://www.youtube.com/watch?v=bWFAkLwTMM8> >. Acesso em 16 de dezembro de 2014.
- MOITA LOPES, Luiz Paulo da. Uma linguística aplicada mestiça e ideológica – interrogando o campo como linguista aplicado. In. Luiz Paulo da Moita Lopes (Org.). **Por uma linguística aplicada indisciplinar**. São Paulo: Parábola Editorial, 2006, p. 13-44.
- MORIN, Edgar. Inter-poli-transdisciplinaridade. In. Edgar Morin. **A cabeça bem feita: repensar a reforma, reformar o pensamento**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003, p. 105-116.
- NERY, Felipe. Implicações da ideologia de gênero. Ação Nacional (Bloco 01/04) – RedeSéculo21. Disponível em < <http://zip.net/bdsp2b> >. Acesso em 15 de junho de 2015.
- RONCA, Paulo Afonso. Conhecimento total. **Nova Escola**, 2001. v. 19, n. 148, dez. 2001.
- SANTOS FILHO, Ismar Inácio dos. **Da emergência da Linguística Queer**. In. Seminário de Pesquisa: Introdução à Linguística *Queer*. Programa de Pós-Graduação em Letras. Maringá: UEM, 2015c, p. 01-36.
- SANTOS FILHO, Ismar Inácio dos. O que é “ideologia de gênero”?. Disponível em < <http://zip.net/btsp9b> >. Acesso em 15 de junho de 2015e.
- SANTOS FILHO, Ismar Inácio dos. Sexo, sexualidade e gênero na formação de professores. Observatório da Imprensa, edição 480, 03 de março de 2015. Disponível em < <http://zip.net/bysp2Y> >. Acesso em 03 de março de 2015d.
- SANTOS FILHO, Ismar Inácio. Linguística Queer – para além da língua(gem) como expressão do lugar do falante. In. Antônio de Pádua Dias da Silva (Org.). **Escrit@s sobre gênero e sexualidades**. São Paulo: Scortecci Editora/Fábrica de Livros, 2015a, p. 15-28.
- SANTOS FILHO, Ismar Inácio. **Preâmbulo para uma linguística queer – gêneros, sexualidades e desejos na cultura heteronormativa e aspectos linguístico-discursivos**.

In. Seminário de Pesquisa: Introdução à Linguística *Queer*. Programa de Pós-Graduação em Letras. Maringá: UEM, 2015b, 01-22.

SANTOS, Boaventura de Sousa. As epistemologias do Sul e as ciências sociais do futuro. In. Conferência com Boaventura de Sousa Santos. UFRGS TV. Disponível em < <https://www.youtube.com/watch?v=tvZBoV4o86Y> >. Acesso em 10 de setembro de 2014.

SCALA, Jorge. La ideologia de género. In. Jorge Scala. **La ideología de género – o el género como herramienta de poder**. Madrid: Editorial Sekotia, 2014, p. 43-59.

SIGNORINI, Inês. Do residual ao múltiplo e ao complexo: o objeto da pesquisa em linguística aplicada. In. Inês Signorini e Marilda C. Cavalcanti (Org.). **Linguística Aplicada e transdisciplinaridade**. Campinas, SP: Mercado das Letras, 1998, p. 99-110.

SILVA, Cícero de Oliveira; SILVA, Elizabeth Gavioli de Oliveira; MARCHETTI, Greta Nascimento. Língua Portuguesa. In. **EJA – Educação de Jovens e Adultos** (6º ao 9º ano do Ensino Fundamental), Volume 3 Multidisciplinar, 8º Ano. São Paulo: IBEP, 2009.

SILVA, Cícera Correia da; FERREIRA, Heloísa Silva. **Linguística Queer: reflexões sobre identidade, gênero e sexualidade na vida e na escola**. Trabalho acadêmico na disciplina Linguística Queer, na UFAL-Campus do Sertão, 2014.